

VEREDICTO

Boletim informativo do Tribunal de Justiça de Santa Catarina



PODER JUDICIÁRIO
de Santa Catarina

Edição 169

07 de outubro de 2015

Tribunal de Justiça completa 124 anos de instalação

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina, sede do Poder Judiciário no Estado, foi instalado às treze horas do dia 1º de outubro de 1891, na sala do Conselho da Intendência Municipal da Casa da Câmara, na Praça XV de Novembro, Capital. Completa nesta quinta-feira, portanto, 124 anos. A programação de aniversário acontece no dia 7 de outubro, em solenidade com a participação de todos os integrantes da Corte Estadual.

Prevista para as 11 horas, a sessão presta homenagem aos ex-presidentes da Corte e marca ainda o lançamento da nova edição, revista e ampliada, do Livro das Comarcas, e de novos vídeos institucionais. Em sua origem, o Tribunal de Justiça era composto, inicialmente, de cinco membros, denominados desembargadores, escolhidos dentre os juízes de direito mais antigos em exercício no Estado.

Pela Resolução n. 285, de 28 de agosto de 1891, foram nomeados os doutores José Roberto Vianna Guilhon, Francisco da Cunha Ma-

chado Beltrão, Edelberto Licínio da Costa Campello, Domingos Pacheco d'Avila e José Elycio de Carvalho Couto para, sob a presidência do primeiro, compor o corpo julgador do órgão máximo da Justiça estadual, além de escrivão de apelações, secretário com atribuições administrativas, porteiro, contínuo e oficial de justiça.

No mesmo ato, foram nomeados juízes de direito para as comarcas existentes, as quais passaram a ser reagrupadas em nova divisão quando da instalação do Tribunal de Justiça, no período republicano. O Decreto n. 116, de 24 de setembro de 1891, marcou a data de instalação do Tribunal de Justiça para o dia 1º de outubro daquele ano, bem como a primeira eleição para a presidência do Tribunal de Justiça, em conformidade com o regimento das extintas Relações do Império.

Deviam ser observadas, para a nova organização judiciária do Estado, as disposições do Decreto n. 104, de 19 de agosto de 1891 - primeira lei de organização judiciária

na República, cuja vigência iniciava na data da instalação do Tribunal, na Capital, e nas 14 comarcas, logo que fossem empossados os respectivos juízes de direito ou seus substitutos legais, conforme nominados pela Resolução n. 285, supracitada.

Para a administração da Justiça, o território catarinense passou a ser dividido em 14 comarcas, a saber: Capital, São José, São Miguel (hoje Biguaçu), Tijucas, Itajaí, Blumenau, São Francisco do Sul, Joinville, São Bento, Laguna, Tubarão, Araranguá, Lages e Curitiba. Ainda no mesmo ano (1891), foram criadas as comarcas de Brusque e São Joaquim, instaladas no ano seguinte.

O Tribunal de Justiça possui jurisdição sobre todo o território catarinense, dividido atualmente em 111 comarcas e dois foros distritais na Capital. O Tribunal de Justiça, sediado na Capital, é o órgão máximo do Poder Judiciário em Santa Catarina (com informações históricas do Museu do Judiciário Catarinense).



TJ promove audiência para escolha de serventias e encerra o concurso de cartórios

VEREDICTO

16/09/2015



PODER JUDICIÁRIO
de Santa Catarina

O Tribunal de Justiça promoveu no dia 1º de Outubro a audiência de escolha de serventias dos candidatos aprovados no concurso público de ingresso, por provimento ou remoção, na atividade notarial e de registro do Estado de Santa Catarina.

A atividade, que teve a duração de 10 horas, transcorreu de forma organizada e sem percalços e envolveu mais de 300 pessoas, entre candidatos e servidores, reunidos no auditório do Tribunal Pleno, sob o comando do 1º vice-presidente, desembargador José Antônio Torres Marques, e condução dos trabalhos pelo juiz auxiliar da 1ª vice-presidência Jefferson Zanini, em atividade delegada pela presidência do Tribunal.

O concurso público, cuja homologação ocorreu em 28 de agosto deste ano, cumpriu todas as etapas e observou as diretrizes elencadas no Edital n. 176/2012, bem como na Resolução n. 81/2009 do Conselho Nacional de Justiça.

Foram 280 candidatos aprovados no critério de provimento e 40 no sistema de remoção, incluídos os que concorreram às vagas destinadas a pessoas com deficiência. Das 203 serventias oferecidas em todas as regiões do Estado de Santa Catarina, mais de 70% agora já conhecem seus futuros titulares. “Os novos delegatários se mostram altamente qualificados para o exercício da função no-

tarial e registral, o que trará inegáveis benefícios a toda sociedade catarinense”, avaliou o desembargador Torres Marques, ao encerrar os trabalhos da audiência e do concurso.



Des. Newton Trisotto retorna ao TJSC após período de convocação no STJ

Depois de mais de um ano de trabalho, na condição de ministro convocado no Superior Tribunal de Justiça (STJ), o desembargador Newton Trisotto retornou ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Ele atuava na vaga derivada da aposentadoria de Ari Pargendler que, em solenidade em Brasília na noite do dia 30/09, passou a ser ocupada pelo ministro Marcelo Navarro Ribeiro Dantas. No STJ, Trisotto atuava na 5ª Turma, com competência em matéria penal, onde registrou destacado protagonismo em processos de grande repercussão.

Os ministros que com ele conviveram na 3ª Seção do STJ, em reiteradas oportunidades, enaltecem sua inteligência atilada, firmeza de caráter e honestidade de

propósitos. Para o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Nelson Schaefer Martins, Trisotto alia a sólida formação jurídica à larga experiência de 40 anos de magistratura. “São circunstâncias que o credenciam como julgador completo dotado de acentuada sensibilidade huma-



na”, manifestou Schaefer Martins.

Em julho deste ano, Trisotto foi homenageado por lideranças institucionais e comunitárias da comarca de Concórdia. Na oportunidade, afirmou que o espaço em que o magistrado melhor interfere no destino das pessoas é nas comarcas, em sua atuação no 1º Grau, pois ali pode mais adequadamente avaliar os dramas humanos e as circunstâncias dos fatos.

Ex-professor universitário de Direito Civil, Trisotto assume agora na 2ª Câmara de Direito Civil do TJ, com competência em direito privado. Antes de sua convocação pelo presidente do STJ, ministro Francisco Falcão, o magistrado integrava a 1ª Câmara de Direito Público do TJ, onde permaneceu por mais de oito anos.

TJ reafirma política de expansão de serviços com nova unidade no Sul da Ilha de SC



O desembargador Torres Marques, presidente em exercício do Tribunal de Justiça, comandou no dia 29/9, a cerimônia de instalação da Unidade Judiciária de Cooperação do Sul da Ilha, no Campeche, que iniciou com 10 mil processos oriundos do 1º e 2º Juizados Especiais Cíveis do Foro Eduardo Luz. São causas cíveis de menor complexidade em que pelo menos uma das partes reside no Campeche, Pântano do Sul ou Ribeirão da Ilha, onde o censo 2010 do IBGE registra cerca de 40 mil habitantes ou 10% da população da Capital. “Estamos aqui para concretizar a missão do Poder Judiciário e oferecer uma justiça mais humanizada na busca da resolução dos conflitos sociais. Tudo isso de forma célere e menos burocratizada, dois as-

pectos principais dos Juizados Especiais”, destacou Torres Marques.

O juiz Néelson Maia Peixoto, diretor do Foro Eduardo Luz, reforçou a necessidade de aproximação do Judiciário com a sociedade. “O jurisdicionado deve ser o foco de toda e qualquer melhoria no sistema”, afirmou. A juíza Margani de Melo responderá pela nova unidade.

A solenidade teve presença dos desembargadores Luiz César Medeiros, corregedor-geral da Justiça; Jaime Ramos, coordenador estadual do sistema de Juizados Especiais, e da juíza de 2º Grau Janice Ubialli, subcoordenadora dos Juizados Especiais. A Unidade fica no Centro Coml. Costa Leste, na Av. Pequeno Príncipe, 1482, no Campeche.